

Rádio Paradiz – uma emissora local pirata na ditadura portuguesa

Rádio Paradiz – a local pirate radio in the Portuguese dictatorship

Luis Bonixe*

*Instituto Politécnico de Portalegre e ICNova Lisboa

Resumo

No final da década de 1950, José Guilherme Paradiz criou uma emissora local pirata em Pernes, no distrito de Santarém. Apesar do regime de ditadura e da censura, a experiência manteve-se durante praticamente um ano, entre 1959 e 1960. A Rádio Paradiz, assim se chamava a emissora, antecipa assim em 18 anos o início da existência de emissoras locais piratas em Portugal, apesar de se constituir como um caso isolado que não teria continuidade nos anos seguintes. Na história das rádios-piratas portuguesas, a Rádio Paradiz só teria uma sucessora em 1977, quando foi criada a Rádio Juventude, em Odivelas. O artigo procura situar esta experiência no contexto do setor da radiodifusão portuguesa na transição de décadas (de 1950 para 1960) e no quadro teórico da radiodifusão local pirata na Europa e em Portugal, procurando identificar na experiência da Rádio Paradiz especificidades que viriam a caracterizar o movimento da radiodifusão local nas décadas de 1970 e 1980. Para a nossa pesquisa sobre esta experiência de radiodifusão pirata, recorreremos a fontes documentais, em particular artigos publicados na imprensa local e nacional e a uma entrevista ao fundador da rádio, José Guilherme Paradiz. A Rádio Paradiz terminaria em meados de 1960, quando a PIDE se dirigiu à localidade de Pernes para encerrar a emissora.

Palavras-chave: Rádio; Rádios-Piratas; Rádio Paradiz; Ditadura; Portugal

Abstract

In the late 1950s, José Guilherme Paradiz created a local pirate broadcaster in Pernes, in the Santarém district. Despite the regime of dictatorship and censorship, the experience continued for almost a year, between 1959 and 1960. Rádio Paradiz, as the broadcaster was called, thus anticipates in 18 years the beginning of the existence of local pirate broadcasters in Portugal, despite being an isolated case that would not continue in the following years. In the history of Portuguese pirate local radio, Rádio Paradiz would only have a successor in 1977, when Rádio Juventude was created in Odivelas. The article seeks to situate this experience in the context of the Portuguese broadcasting sector in the transition of decades (from 1950 to 1960) and the theoretical framework of local pirated broadcasting in Europe and Portugal, seeking to identify in the experience of Rádio Paradiz specificities that would characterize the local broadcasting movement in the 1970s and 1980s. For our research on this pirated broadcasting experience, we used documentary sources, in particular articles published in the local and national press and an interview with the radio's founder, José Guilherme Paradiz. Rádio Paradiz would end in the mid-1960s when PIDE went to Pernes to close the station.

Keywords: Radio; Local pirate radio; Rádio Paradiz; Dictatorship; Portugal

Introdução

Embora num contexto adverso devido ao regime ditatorial vigente em Portugal, surge em 1959 a Rádio Paradiz, uma emissora pirata da localidade de Pernes, no concelho e distrito de Santarém. O projeto é profundamente amador e quase que se confunde com o seu criador, José Guilherme Paradiz, à época um jovem de 18 anos inconformado com o centralismo da rádio em Portugal.

A Rádio Paradiz é, de acordo com os registos documentais consultados, a primeira rádio local pirata portuguesa. No contexto da história das rádios locais piratas portuguesas é apresentada como uma experiência isolada, já que só 18 anos mais tarde o país voltou a conhecer uma emissão local pirata, no caso a Rádio Juventude que deu início ao movimento que só pararia com a legalização da radiodifusão local em Portugal, em 1988.

Mas, o caso da Rádio Paradiz deve ser estudado, desde logo por situar o início da radiodifusão local pirata em Portugal logo no final da década de 1950 e não apenas em 1977, um dado que coloca o país ao lado de outros no contexto europeu como a Dinamarca, onde surgiu a Rádio Mercur, uma das primeiras rádios-piratas europeias, em 1958. Por outro lado, este projeto tem já algumas características que viriam a conferir traços comuns ao fenómeno da radiodifusão local em Portugal. Tal como outras experiências surgidas a partir do final da década de 1970, a Rádio Paradiz foi criada por um único indivíduo, teve um carácter amador, resultou da iniciativa de pessoas com conhecimentos na área técnica e foi motivada por uma certa contestação ao facto de o setor da rádio não estar liberalizado.

O artigo procura, assim, caracterizar a Rádio Paradiz identificando as suas especificidades e enunciando aspetos que conduziram à sua criação e ao modo como foi operacionalizada. Para a recolha de informação, recorreremos a uma obra sobre a localidade de Pernes e à imprensa publicada anos mais tarde e a uma entrevista realizada ao promotor da rádio, José Guilherme Paradiz.

Seguimos o quadro teórico no qual procuramos caracterizar o contexto do setor da rádio na transição da década de 1950 para 1960 em Portugal (Santos, 2013; Santos, 2014; Silva, 2001; Cristo, 2005) altura em que a Rádio Paradiz foi criada. Do mesmo modo, percorremos os contributos de autores que pensaram o percurso histórico das rádios locais piratas em Portugal (Bonixe, 2019; Azevedo, 2001; Carvalho, 2014; Reis, 2014) e na Europa (Poulain, 2016; Eco, 1981; Flichy, 1981; Guattari, 1981, Starkey, 2011), como forma de enquadrar a experiência da Rádio Paradiz na história da radiodifusão local.

A rádio na transição de décadas

Para se perceber o contexto em que a Rádio Paradiz surgiu em Portugal, é importante entender o momento histórico em que tal acontece. Não só no sentido de procurar caracterizar o setor da rádio em Portugal no final da década de 1950, princípio de 1960, como também identificar alguns traços que possam ter motivado a criação daquele projeto amador.

Recorrendo à literatura já disponível sobre este período da história da rádio em Portugal, percebe-se que o meio atravessa na transição de décadas uma fase de mudança caracterizada pela saída da adolescência (Silva, 2001) na década de 1950, para procurar já nos anos 60 a sua especificidade e identidade (Cristo, 2005, p.39).

O setor da rádio era constituído na passagem da década de 1950 para 1960 por três grandes emissoras: a Emissora Nacional (pertencente ao Estado), a Rádio Renascença (propriedade da Igreja Católica) e o Rádio Clube Português (empresa privada propriedade de Botelho Moniz). Existiam ainda os Emissores Associados de Lisboa, que integravam a Rádio Voz de Lisboa, Rádio Peninsular, Rádio Graça e Clube Radiofónico de Portugal, e os Emissores Reunidos do Norte, dos quais faziam parte a Ideal Rádio, Rádio Clube do Norte, Electro-Mecânico, a ORSEC e a Rádio Porto (Santos, 2014). Para além destas emissoras, existia ainda a Rádio Altitude desde 1946, criada no Sanatório da Guarda e que mais tarde começou a emitir para a cidade, e a Rádio Ribatejo, criada em 1951 e que assume maior importância no contexto da Rádio Paradiz, como adiante explicaremos.

Inevitavelmente, este período da história da rádio, e dos meios de comunicação, é marcado pelo regime político de então liderado por António de Oliveira Salazar e que impôs uma ditadura com óbvias

consequências para a liberdade de expressão. O setor dos *media*, e para o nosso caso em particular o da rádio, foi, claro está, influenciado por um quadro jurídico restritivo e que olhava a rádio como um meio “poderoso de difusão cultural e de informação” e um excelente “factor de unidade nacional” (Cristo, 2005, p.64).

Prosseguindo essa política de unidade nacional que o regime adotara para os meios de comunicação e para a rádio em particular, a programação e informação refletiam esse propósito, afirmando-se como importantes meios de propaganda do Estado, sujeita que estava ao crivo da censura (Cristo, 2005; Silva, 2001).

Na década de 1950, a rádio saíra da adolescência, no sentido em que começou a olhar para os interesses dos ouvintes (Silva, 2001, p.35). É, por isso, uma rádio “que gira em torno da cultura popular, brejeira quanto baste, das manifestações culturais mais clássicas” e que ignorava “os movimentos revolucionários então activos na clandestinidade” (Silva, 2001, p.34-35).

A mesma década de 1950 foi o cenário para melhoramentos do ponto de vista técnico, com a Emissora Nacional a aumentar a sua rede nacional de emissores e a lançar-se na construção do Centro Emissor Ultramarino (Silva, 2001, p.35). Esta estratégia de renovação foi também seguida por outras emissoras, como os Emissores Associados e a Rádio Renascença, através da instalação de novos emissores e melhoramento das condições dos seus estúdios, em particular no caso da rádio católica. Na mesma sequência, o Rádio Clube Português instalou o primeiro emissor de frequência modulada (Silva, 2001:37). Foi, por isso, um período importante na história da radiodifusão em Portugal, durante o qual a rádio procurava chegar aos seus ouvintes, quer através dos conteúdos mais populares, quer mediante a melhoria das condições de receção da programação. A rádio, e em particular a Emissora Nacional, conheceu neste período uma fase de profunda mudança (Santos, 2013, p.59).

A passagem da década de 1950 para a seguinte levaria a uma expansão das horas de emissão e a um novo tipo de programas e programadores (Santos, 2014, p.24).

“Em meados da década de 1950, a estação comercial com mais horas semanais de emissão era o Rádio Clube Português, perfazendo 18 a 20 horas diárias a que se seguiam as estações dos Emissores Associados de Lisboa, com horários rotativos de uma média de quatro horas diárias cada, atingindo um máximo de 18 horas ao domingo, e a Rádio Renascença no último lugar, com o horário maior ao domingo. Depois ao longo da década de 1960, as estações alargaram o seu horário até passarem a emitir continuamente” (Santos, 2014, p.31)

A este alargamento das horas de emissão se deve o aparecimento de novos locutores, produtores, cantores e publicitários, além da renovação de espetáculos, dos concursos de rádio e do crescimento de publicações (Santos, 2014, p.31). Nomes como Artur Agostinho ou Igrejas Caeiro ganham notoriedade por esta altura. E foi também nesta época de transição de décadas, no caso em 1958, que Matos Maia emitiu a versão portuguesa de “A Guerra dos Mundos”, de Orson Wells.

Mas, os últimos anos da década de 1950 e os primeiros da década seguinte trouxeram novidades para o setor da rádio também no capítulo do jornalismo radiofónico com o “interesse pela exploração da informação na rádio através de realizações como o «Rádio Jornal», programa vespertino de duas horas, emitido pelo emissor de Miramar do RCP (Cristo, 2005, p.33).

O «23ª Hora» de Joaquim Pedro, Matos Maia e João Pedro Batista e o «Diário do Ar», ambos em 1959, são outros bons exemplos de como a rádio nesta altura da sua história “estava a iniciar uma fase de mudança, que se torna visível à medida que o regime se vai desgastando e vai encontrando precisamente na rádio um dos motivos de desgaste” (Ribeiro, 2001, p.102).

E é também nesta altura que um grupo de profissionais liderados por Luis Filipe Costa criam no Rádio Clube Português um projeto de noticiários que acabou por encetar uma nova linguagem para o jornalismo radiofónico português. Na verdade, Luis Filipe Costa, que vinha da publicidade, implementou um estilo de informação baseado em frases curtas, diretas e reduziu o tempo dos noticiários, por contraste com o que se verificava na Emissora Nacional. Os noticiários do RCP integravam nomes como Adelino Gomes, João Paulo Guerra, José Nuno Martins ou Joaquim Furtado.

Mas, o início da década de 60 é também palco para o aumento da propaganda, muito por força do eclodir da guerra em Angola motivando ações de um lado e de outro: “A oposição democrática inicia a ofensiva criando duas rádios clandestinas e o regime reage aos acontecimentos intensificando a sua propaganda para Portugal” (Cristo, 2001, p.16). A luta pela conquista da opinião pública intensifica-se e coloca a rádio como um importante instrumento de propaganda, “crescendo as emissoras subversivas desde o final dos anos 50 (ao nível africano) e início da década de 60 (a nível nacional)” (Cristo, 2001).

A rádio dos primeiros anos da década de 1960 é, por isso, fortemente influenciada pelos acontecimentos ocorridos no Ultramar e que veem acentuar os problemas já criados anteriormente pela candidatura de Humberto Delgado à presidência da República, no final dos anos 50 (Santos, 2013, p.73).

Percebemos, pois, com base no contexto que acabámos de expor, necessariamente sintético, que a rádio em Portugal era movida sobretudo por três grandes emissoras (EN, RR e RCP) e que o contexto político da altura (regime ditatorial e guerra no ultramar) condicionaram os acontecimentos no setor naquela época. Estamos, pois, muito longe daquilo que começava a nascer na Europa com o aparecimento, ainda que de modo muito esporádico, de pequenas experiências de rádios piratas, como é o caso da Dinamarca que ao largo da sua costa marítima viu aparecer a Rádio Mercur em 1958. Em Portugal, claramente o contexto político não era favorável ao aparecimento deste tipo de emissoras. Desde a década de 50, não eram autorizadas novas estações em onda média, e em frequência modulada (FM) foram atribuídas na sequência do Plano de Estocolmo de 1961 quatro coberturas nacionais: Rádio Clube Português, Rádio Renascença e duas à Emissora Nacional (Azevedo, 2001, p.114-115).

O movimento das rádios-piratas

O carácter popular e experimentalista das rádios-piratas surgidas na Europa na segunda metade do século XX é uma das suas principais características. Movidos pela curiosidade, pela contestação ao centralismo dos *media* no Estado e nas grandes empresas, ou ainda pelo simples gosto de fazer rádio, centenas de pequenas emissoras começaram a povoar o espectro radiofónico a partir do final da década de 50 até ao final dos anos 70/80 em países como Espanha, França, Inglaterra, Dinamarca entre outros. Apresentavam projetos radiofónicos muito distintos, desde a luta pela proteção ambiental, à defesa das minorias, passando por propostas políticas, estudantis, localistas ou de âmbito cultural.

As rádios-piratas na Europa começam por aparecer de modo muito esporádico através de casos isolados, mas à medida que os anos avançam surgem cada vez mais experiências ao ponto de se terem tornado fatores de pressão política com vista à liberalização do setor. Essa é outra característica que podemos convocar quando tentamos perceber o fenómeno da radiodifusão local/livre no contexto europeu, já que foi em boa parte devido à pressão exercida sobre os poderes políticos dos Estados, que resistiam à abertura do setor temendo consequências políticas, que foi criada legislação que permitiria liberalizar o setor. Tanto mais que as rádios-piratas iam recolhendo cada vez mais o apoio popular para a sua existência, em boa medida devido a uma lógica inovadora e de proximidade que seguiam nas suas programações.

Na literatura sobre a história da radiodifusão local europeia encontramos vários contributos que procuraram caracterizar o fenómeno. Um deles é do francês François Cazenave que em 1980 e olhando para a realidade francesa, sugeriu a existência de três tipos de rádios livres. As rádios 1) "passa-palavra de lutas sociais", 2) "passa-palavra de lutas políticas" e 3) a "rádio pela rádio e pelo prazer". O autor agrupou os projetos surgidos no contexto francês que reuniram objetivos 1) em torno de questões sociais como o ambientalismo, liberdade sexual ou emigração; 2) pertenciam a partidos políticos ou 3) foram criadas apenas pela curiosidade e vontade de fazer rádio. Ainda em França, o movimento das rádios livres começou por ficar conhecido como "rádios verdes" justamente por várias emissoras terem tido o apoio de grupos de ambientalistas. Outra característica do fenómeno francês foi o facto de os seus promotores terem contornado a lei e emitido a partir de territórios vizinhos (Cheval, 2009).

Partindo do caso italiano, onde o fenómeno das rádios locais atingiu enormes proporções, Miquel Rodrigo e Xavier Ruiz-Collantes sugeriram também três tipos de emissoras piratas, classificadas em função dos seus objetivos. 1) As rádios comerciais, que se afirmavam pretendentes a formalizar a sua existência empresarial e a atuar no mercado da comunicação, 2) as rádios do "Movimento" que integrava emissoras pertencentes à extrema esquerda e a grupos sociais e, por fim, 3) as rádios "aficionadas", surgidas a partir de iniciativas individuais e sem grande expressão do ponto de vista político ou económico (Rodrigo&Ruiz-Collantes, 1981, p.271).

Dependendo do contexto onde foram criadas, as rádios-piratas na Europa apresentam algumas especificidades mas, para Bonixé (2019) apresentam três dimensões que as caracterizam. 1) a sua dimensão de proximidade; 2) a dimensão de alternativa e 3) a dimensão democrática.

Significa dizer que as rádios-piratas procuraram romper com um sistema mediático centralizado nos Estados e afastado das comunidades locais. Nesse sentido, as rádios-piratas, ou pelo menos algumas delas, apresentaram-se com projetos que procuraram privilegiar uma comunicação de proximidade com as populações locais. "As rádios locais têm que escutar o bairro e as comunidades. Não podem limitar-se a ser simplesmente um eco sonoro (...)" (Flichy, 1981, p.180). Esta visão da rádio local esteve na génese de muitas iniciativas a nível europeu, incluindo em Portugal, e ainda hoje permanece, mesmo que alguns projetos se tenham afastado dessa missão (Lefebvre, 2016; Starkey, 2011; Herreros, 2001).

Por outro lado, apresentaram projetos alternativos e com oferta distinta das rádios já existentes, propondo estilos musicais pouco escutados até então. Os exemplos da Rádio Caroline, em Inglaterra, "primeira a oferecer à maioria do público britânico uma estação que passava música ao longo de todo o dia" (Starkey, 2011, p.161), ou a Rádio Alice, em Itália, que emitia "(...) música, notícias, jardins em flor, conversas que não vêm ao caso (...)" (Eco, 1981, p.223) são ilustrativos dessa situação. Por fim, as rádios-piratas contribuíram para aumentar a discussão e o tratamento de temáticas públicas (questões sociais como

direitos humanos, ambiente, entre outros) ao mesmo tempo que abriram os seus microfones para a participação ativa dos ouvintes (Eco, 1981).

Intimamente ligada a esta dimensão democrática das rádios-piratas estão as próprias características do meio radiofónico. Pelo facto de ser um *media* relativamente barato, permitiu a criação de projetos de iniciativa de pequenos grupos ou de modo individual. Foi também essa característica do meio rádio que possibilitou a criação de “várias formas de rádio clandestina” (Hendy, 2000, p.196), já que “uma parte significativa da técnica depende da invenção e do bricolage dos seus promotores” (Guattari, 1981, p.232). A rádio, no tempo das emissoras piratas na Europa, tinha condições excecionais para possibilitar a sua apropriação coletiva, quer por parte de pequenas empresas, grupos, quer por parte de indivíduos que, movidos pela curiosidade e pela capacidade técnica que possuíam, com facilidade, criavam projetos radiofónicos, embora ilegais.

A história das rádios-piratas na Europa e em Portugal é fértil em episódios que demonstram o carácter amador e espontâneo do movimento. Desde equipamento construído pelos próprios promotores da rádio ou “emissores fabricados em casa” (Colaço in Reis, Ribeiro & Portela, 2014. p.139), passando por emissões em sótãos ou nas salas de estar dos radialistas (Bonixe, 2019).

As rádios-piratas representaram, por esse motivo, um novo espaço para a reconfiguração da esfera pública ao significarem “meios de comunicação de pequena escala controlados pelos cidadãos locais” (Starkey, 2011, p.234) e que deram voz às minorias e remeteram para novas formas de vida social (Poulain, 2016, p.93).

Em Portugal, o aparecimento das rádios-piratas segue o caminho percorrido noutros países europeus, embora tenha assumido desde o início um carácter profundamente localista.

Quando as primeiras experiências surgem de modo contínuo, a partir do final da década de 1970, Portugal vivia um contexto muito distinto daquele que caracterizámos no ponto anterior deste artigo. Desde logo, o fim do regime ditatorial tinha aberto um conjunto de outras possibilidades no que à criação de projetos editoriais diz respeito, embora a rádio continuasse a ficar de fora, pois a liberalização só ocorreria em 1988. A literatura disponível sobre as rádios locais portuguesas aponta a Rádio Juventude, surgida em 1977, como sendo a rádio-pirata portuguesa que inicia um movimento que só terminaria com a liberalização (Bonixe, 2019a; Azevedo, 2001; Reis, 2014). Tratou-se de uma rádio que emitia a partir de Odivelas e que partiu da iniciativa de Heitor Gonçalves. Ao projeto da Rádio Juventude, seguiram-se outras rádios-piratas um pouco por todo o país. Em 1979, José João Farinha criou a Rádio Imprevisto cuja emissão era captada na Amadora, Queluz, Barreiro, Almada, Trafaria e Loures. Estes dois projetos acabariam por ser encerrados pelos serviços de fiscalização dos CTT e, em 1981 deram lugar às Emissoras Associadas, uma rádio-pirata que iniciou as suas emissões no dia 7 de fevereiro de 1982 e que foi fruto dos esforços conjuntos de Heitor Gonçalves e José João Farinha. Nesta fase da história das rádios-piratas em Portugal, falamos sobretudo de projetos com pouca solidez empresarial e que visavam, acima de tudo, marcar uma posição em relação à liberalização do setor da rádio portuguesa. Eram rádios que emitiam apenas alguns dias por semana e durante algumas horas. Com algumas exceções, estes projetos resultaram de iniciativas de pequenos grupos de pessoas e que, para além de assumirem uma posição clara de defesa da abertura do setor da rádio a outros projetos que não apenas os nacionais, não apresentavam outras ambições (Bonixe, 2019). Uma das exceções é a cooperativa de jornalistas formada para criar a TSF. Este grupo de personalidades ligadas à comunicação social e à rádio em particular, pretendia ser uma “alternativa à informação que se faz actualmente em

Portugal” (Gonçalves, 1999, p.31) e apresentava já uma estrutura profissional e com objetivos claros quanto à obtenção de uma frequência quando uma lei da rádio fosse aprovada, o que viria a suceder em 1988.

Numa fase inicial, muitas rádios-piratas foram criadas por iniciativa individual, ou por pequenos grupos de pessoas com conhecimentos na área da eletrotécnica o que lhes permitia montar (e retirar) com facilidade as antenas e assim escapar à fiscalização dos CTT (Bonixe, 2019a)

Mais tarde, começam a aparecer projetos com maior solidez, quer ao nível das suas estruturas empresariais, quer ao nível dos recursos humanos, recorrendo a profissionais do setor dos *media* e da rádio em particular, muito à semelhança do que a TSF tinha feito em 1981. Assim, surgem rádios como o Correio da Manhã Rádio, que como o próprio nome indica estava ligado ao jornal Correio da Manhã; a Rádio Geste que incluía profissionais de renome na época como Henrique Garcia ou Manuela Moura Guedes e a Rádio Cidade, que se apresentou com um modelo de programação inspirado no Brasil, inovador e com grande pendor de entretenimento virado para um público jovem.

Não são conhecidos números exatos sobre a quantidade de rádios piratas surgidas entre 1977 (quando a Rádio Juventude foi criada) e 1988 (quando o setor foi liberalizado), no entanto são apontados dados na ordem das 600 emissoras piratas que emitiram em algum momento durante este período de onze anos.

Ou seja, se a Rádio Juventude inaugura de facto, um caminho sem interrupções de vários projetos de rádios piratas em Portugal, não poderemos considerá-la como a primeira rádio local pirata portuguesa tendo em conta os registos encontrados relativos à Rádio Paradiz e que detalharemos nos pontos seguintes do presente artigo.

Metodologia

O presente artigo tem por objetivo caracterizar a Rádio Paradiz, uma emissora local pirata que emitiu na localidade de Pernes, distrito de Santarém, entre 1959 e 1960. Para esse fim, procedemos a uma recolha de artigos de imprensa que fazem referência à existência dessa rádio, bem como a uma obra sobre a localidade de Pernes que se refere a esta experiência radiofónica que teve a duração de um ano. Procedeu-se também a uma entrevista com José Guilherme Paradiz, o promotor desta rádio-pirata.

Relativamente à recolha de material na imprensa, encontrámos referências à existência da Rádio Paradiz em publicações como a Revista do Expresso, Revista Mais, Jornal O Mirante, Jornal do Atletismo, Jornal de Notícias e Correio do Ribatejo. Nestas publicações, procurámos informações sobre as motivações do fundador da rádio, as dificuldades sentidas na época para fazer uma rádio-pirata, o equipamento técnico utilizado e as circunstâncias do seu encerramento. Todas estas publicações são posteriores ao período em que a rádio funcionou e situam-se entre 1981 e 2010. É bom lembrar que se tratou de uma experiência pirata, logo ilegal, sendo de admitir como normal que a imprensa da época não tenha feito qualquer referência ao sucedido dado o crivo da censura.

Para a nossa pesquisa, foi também utilizada a obra de Silvestre, M.R. (2001) “Pernes – terra antiga do bairro ribatejano, referente à localidade de Pernes”, que contém várias referências à existência desta experiência radiofónica entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década seguinte.

Recolhemos ainda informação através do método de entrevista a José Guilherme Paradiz, o promotor da iniciativa. A entrevista foi realizada no dia 11 de fevereiro de 2020 e teve a duração de 80 minutos. A

entrevista teve o objetivo de recolher informação sobre a rádio tendo por base os seguintes aspetos: conteúdos, motivações para a sua criação, financiamento, equipamento e audiências. A entrevista foi realizada na residência do entrevistado, em Pernes, onde conserva algum do material que foi utilizado para as emissões da Rádio Paradiz. Tratando-se de uma experiência pirata e tendo em conta a época em que ocorreu, não há registos sonoros o que, naturalmente, limita a nossa pesquisa.

A primeira rádio local pirata portuguesa

A Rádio Paradiz nasce num contexto adverso para a criação de novos meios de comunicação social. Nos anos 60 do século XX, o regime de ditadura de António Oliveira Salazar limitava muito o surgimento de novos projetos na área da comunicação social. O regime político da altura vigente em Portugal impedia, por isso, que o país acompanhasse os movimentos de radiodifusão pirata que começavam a nascer em alguns países europeus, embora sem a expressão que viria a ter na década seguinte.

Mesmo neste contexto, José Guilherme Paradiz resolveu levar a cabo a primeira experiência de uma rádio local pirata em Portugal. A Rádio Paradiz deve o seu nome ao seu criador e emitiu entre o final de 1959 e meados de 1960 na localidade de Pernes, no distrito de Santarém.

Na ausência de registos sonoros das emissões piratas pelos motivos já referidos neste artigo, recorremos a várias fontes documentais nas quais é referida a existência da Rádio Paradiz no final da década de 1950 em Pernes. No livro dedicado à localidade, da autoria de Mário Rui Silvestre, o autor faz referência à sucessora da Rádio Pernes (a rádio local que emitiu entre 1980 e 2017) escrevendo sobre a existência “de uma outra «rádio livre» dos tempos do fascismo, portanto ilegal” (Silvestre, 2001, p. 168).

A Rádio Paradiz é também referenciada em vários artigos da imprensa local e nacional, publicados muito posteriormente à sua existência. Assim, a revista do Expressoⁱ num trabalho jornalístico de caracterização das rádios-piratas existentes no final da década de 1980 em Portugal, identifica a Rádio Paradiz como “a emissora mais velha” e chega a entrevistar o seu criador, José Guilherme Paradiz. Nessa entrevista, Paradiz refere que a experiência foi fruto da iniciativa de “uma equipa de moços, todos com menos de 18 anos”.

O Jornal de Notíciasⁱⁱ faz referência à existência durante cerca de um ano de uma emissão em Onda Média para a região de Pernes e no Jornal do Atletismoⁱⁱⁱ lê-se que a “primeira experiência da Rádio Pernes aconteceu em Onda Média”. O Mirante^{iv} refere-se a uma rádio itinerante em Pernes que fazia programas de discos pedidos e que acabou com a chegada da PIDE, enquanto a Revista Mais^v fala de “Zé Guilherme” que fazia brincadeiras com a rádio que chegou “a fazer interferências na Emissora [Nacional]”. Também o Correio do Ribatejo^{vi} se refere à rádio de Guilherme Paradiz que emitia através de “um posto que montou em sua casa”.

Mas, se as referências quanto à existência de uma emissão local pirata vão todas no mesmo sentido, já a data dessa experiência diverge nas fontes documentais consultadas. A revista do Expresso situa a sua

ⁱ - Revista do Expresso, (1987, 9 de maio). Viagem ao mundo das rádios livres.

ⁱⁱ - Jornal de Notícias (1991, 11 maio). Rádios Pernes, 32 anos da Pirataria à Legalização. P.16

ⁱⁱⁱ - Jornal do Atletismo (1988, 8 de dezembro). Rádio Pernes.

^{iv} - O Mirante. (2009, 26 de agosto). O Homem da Rádio que lançou as emissoras piratas. P.1-6. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://omirante.pt/entEx/2009-08-26-o-homem-da-radio-que-lancou-as-emissoras-piratas>

^v - Revista Mais. (1982, 11 de junho). O 3º Canal Já existe.

^{vi} - Correio do Ribatejo. (1981) Rádio local de Pernes assinalou 1º aniversário das emissões regulares.

existência entre 1958 e 1962. Menos preciso ainda é Mário Rui Silvestre na obra a que aqui já fizemos referência, referindo-se a uma emissão “nos anos cinquenta”. Mais consensuais, e acrescentamos nós, realistas, são as referências feitas no Jornal de Notícias que fala da “construção do emissor em 1959”. No mesmo sentido, o Correio do Ribatejo refere-se “ao ano de 1959 quando o José Guilherme Paradiz começou a emitir”. Este mesmo ano é apontado pelo Notícias do Ribatejo^{vii} e o Jornal do Atletismo que alude à emissão “entre 1959 e 1961”.

Na entrevista que nos concedeu, José Guilherme Paradiz, refere-se ao final de 1959 para o início das emissões tendo a rádio emitido “durante praticamente um ano”^{viii}, ou seja, terá sido encerrada em meados de 1960 e acrescenta que “foi dos primeiros a ir para a guerra em Angola, em 1961”. Ou seja, nesta data a rádio já não existia, o que inviabiliza as datas (de 1958 a 1962) referidas na revista do Expresso que acima citámos.

Situamos, por isso, e com base no cruzamento de fontes que utilizámos (imprensa, obra sobre Pernes e a entrevista a José Guilherme Paradiz) o início da Rádio Paradiz no final de 1959 e o seu encerramento em meados de 1960.

A rádio foi em tudo um projeto pessoal. Apesar de haver referências a um “grupo de moços”^{ix} a Rádio Paradiz foi fruto da curiosidade e engenho de um homem, sendo que os restantes participantes apenas tiveram colaborações esporádicas.

José Guilherme Paradiz, o fundador, proprietário e locutor era à época um jovem de apenas 18 anos, que desde muito cedo se apaixonou pela eletrotécnica, fruto da influência do seu pai que trabalhou na central elétrica da localidade de Pernes. Aliás, a pequena freguesia do concelho e distrito de Santarém tem na sua história o facto de ter sido uma das primeiras localidades do país a ter luz elétrica (Silvestre, 2001), circunstância que não deve ser esquecida quando falamos da criação de uma rádio-pirata.

O percurso de José Guilherme Paradiz é fértil na área da eletrónica, da rádio e até da televisão. Quando criou a Rádio Paradiz, trabalhava na empresa Eletrodinâmica, em Santarém, mas “já tinha o bichinho da rádio desde miúdo. Depois comecei a colaborar na parte técnica na antiga Rádio Ribatejo e como era contra os monopólios, e ainda sou, questionava-me porque é que não podia haver mais rádios e comecei a fazer emissões piratas”^{ix}.

A Rádio Ribatejo, uma emissora criada em 1951 por Varela Santos, foi assim o primeiro contacto que Guilherme Paradiz teve com o meio radiofónico profissional. Lá, colaborou na sonorização da rádio e foi ganhando alguma experiência na área, ao mesmo tempo que a isso juntava o seu gosto e competência para trabalhar na componente mais técnica da rádio. Como o próprio reconhece, foi na Rádio Ribatejo que começou a pensar em “um dia criar uma rádio”, embora na altura isso não passasse “de uma ideia de um miúdo”^{xi}.

Porém, a sua curiosidade e gosto pela rádio aliada aos conhecimentos na área da eletrónica, fizeram com que criasse, com o material que conseguia encontrar, o emissor e vários aparelhos que foram úteis para a

^{vii} - Notícias do Ribatejo (2010, 1 de maio). A rádio que marcou a luta pela legalização das rádios-piratas completa no próximo sábado 30 anos. Acedido a 15 de abril de 2020 em <https://noticiasdoribatejo.blogs.sapo.pt/524396.html>

^{viii} - José Guilherme Paradiz, entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

^{ix} - Revista do Expresso, (1987, 9 de maio). Viagem ao mundo das rádios livres.

^x - O Mirante. (2009, 26 de agosto). O Homem da Rádio que lançou as emissoras piratas. P.1-6. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://omirante.pt/entEx/2009-08-26-o-homem-da-radio-que-lancou-as-emissoras-piratas>

^{xi} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

criação da rádio Paradiz, como são os casos da mesa de mistura (Figura 1) e do gira-discos (Figura 2), construídos em madeira.

“(...) a ambição de Guilherme Paradiz levou-o a juntar peças de velhos aparelhos, de modo a construir um emissor, em 1959, em onda média e com o nome de Rádio Paradis [correção nossa: Paradiz], emitiu para a região até 1961, altura em que as forças oficiais e policiais o silenciaram”^{xii}

Figura 1: Mesa de mistura utilizada nas emissões piratas da Rádio Paradiz e construída por José Guilherme Paradiz.



Guilherme Paradiz era praticamente o único na rádio, pois era ele que conduzia as emissões e tratava das questões técnicas, apesar de ter tido por vezes a colaboração de um grupo de cinco pessoas.

O investimento para a criação da rádio não foi significativo e partiu do próprio fundador da emissora. Como os recursos financeiros não eram muitos, a solução foi a construção do próprio material como o emissor, o gira-discos ou a mesa de mistura. A exceção foi um microfone que resultou de um episódio que demonstra o carácter experimentalista e amadora da iniciativa.

“O primeiro microfone foi feito com uma pastilha de telefone, mas um dia à noite estava uma camioneta parada e tinha um sistema de amplificação para falar para os passageiros. Tinha

^{xii} - Jornal de Notícias (1991, 11 maio). Rádios Pernes, 32 anos da Pirataria à Legalização. P.16

um microfone dourado, pequeno, e como precisávamos de um microfone, roubámos o microfone da camioneta".^{xiii}

A Rádio Paradiz é, por isso, o resultado da iniciativa de um homem que contestava o facto de a rádio em Portugal estar entregue apenas ao Estado, à Igreja e a uma empresa privada. Foi essa contestação, aliada à já referida paixão pelo meio, que levou José Guilherme a construir no final de 1959 um emissor e passar a emitir para Pernes sendo assim considerado a pessoa que "(...) regionalizou em Portugal, primeiro que ninguém, com emissão a partir de Pernes, quando essas coisas eram monopólio do Estado ou das grandes empresas por ele mandatadas (Silvestre, 2001, p.168).

Figura 2: Gira discos utilizado nas emissões da Rádio Paradiz.



Futebol e discos-pedidos

A Rádio Paradiz emitiu em AM: "cumprimento de onda de 297 metros na frequência de 1010 quilociclos por segundo"^{xiv}. Tratava-se de uma rádio itinerante para não ser detetada pelas autoridades. "Um dia emitia de um café, outro de minha casa, outro de casa de um amigo. O emissor nunca estava no mesmo sítio para a PIDE não nos apanhar"^{xv}. Foi assim durante praticamente um ano de emissões.

A programação era constituída por relatos de futebol do clube da localidade, o Atlético Clube de Pernes explicada pelo próprio José Guilherme Paradiz na entrevista a que já nos referimos: "Estendíamos um cabo desde o campo de futebol para fazer os relatos. O microfone era injetado diretamente no emissor".

^{xiii} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

^{xiv} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

^{xv} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

Mas, os programas de maior sucesso, se assim se pode dizer, foram os de discos pedidos, que contavam com a participação dos residentes da localidade. “Mas, como só tínhamos 3 ou 4 discos, não havia muito por escolher. Nós dizíamos na rádio que o disco tal era para a menina tal que estava no banco de jardim. Era assim que funcionava”.^{xvi}

Esta proximidade com a população conferia à rádio audiência que era avaliada de modo também bastante peculiar. “Mandava alguém ao café tal, ver se a rádio estava a ser bem ouvida lá”. A rádio era escutada nos cafés e chegou a ser ouvida nas freguesias de Vaqueiros e São Vicente do Paúl, próximas de Pernes. “A rádio era ouvida em vários locais, porque o espectro não estava saturado, mas naturalmente que o número de indivíduos que ouviam era muito limitado porque não havia rádios portáteis”^{xvii}. A exceção seria uma ou outra família com outros recursos financeiros que permitissem possuir na residência um recetor de rádio. As emissões aconteciam sobretudo aos fins-de-semana e, por vezes, durante a noite de alguns dias da semana. Na realidade, os horários da emissão estavam condicionados pela atividade profissional principal de José Guilherme Paradiz.

O encerramento

A Rádio Paradiz inscreve-se na mesma lógica das rádios-piratas que surgiram mais tarde no contexto do movimento europeu e português que não perseguiam objetivos quanto à profissionalização ou até, à posterior legalização. Tal como outros casos surgidos mais tarde, a Rádio Paradiz pretendia apenas “fazer rádio pela rádio” tal como identificou Jean Cazenave (1980) em relação a vários projetos surgidos em França. Não se tratou, por esse motivo, de um projeto ideologicamente identificado ou que pretendesse levar para o espaço público a discussão de temáticas fraturantes na sociedade portuguesa da década de 1960. Vivia, tal como vimos anteriormente, dos programas de discos pedidos e dos relatos de futebol. Esta postura da rádio é, para o próprio José Guilherme Paradiz, o motivo pelo qual conseguiu emitir durante meses sem ter sido importunado pela PIDE. Nunca emitiu nenhuma informação mais complicada para o regime que pudesse gerar algum tipo de reação, porque o objetivo era o de entreter os ouvintes e também quem fazia a emissão. A Rádio Paradiz era vista como “uma coisa de miúdos”. “Às vezes fazíamos umas entrevistas uns aos outros, mas nada de política, porque na altura não percebíamos nada de política. Era pelo gozo”^{xviii}.

A situação alterou-se a dada altura sem que o seu promotor encontre uma explicação para isso, pois a programação da rádio teve sempre a mesma linha, mas “alguém terá pensado que a rádio poderia ter um papel importante”, o que terá levado a que um dia a PIDE se tenha deslocado a Pernes para apreender o emissor, episódio que é assim descrito por Mário Rui Silvestre:

“(…) estava ele a emitir muito clandestino numa casa da Vila, chegou a Pernes um carro com três personagens de gabardina e chapéu à borsalino puxado para os olhos. Eram da Pide e traziam ordem para encerrar a rádio pirata do Paradiz. O erro deles foi pedirem muita informação a um tio meu, antes de darem com o gato, neste caso a «cada das máquinas do

^{xvi} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

^{xvii} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

^{xviii} - José Guilherme Paradiz. Entrevista pessoal. 11 de fevereiro de 2020.

Paradiz» que, alertado, só teve tempo para emalar a trouxa e escapar-se pela janela das traseiras” (Silvestre, 2001. p.169)

Após quase um ano de emissões, o emissor da Rádio Paradiz acabaria por ser apreendido pela PIDE e o seu mentor só não foi preso porque se voluntariou para o serviço militar, que cumpriria em Angola, em 1961.

O próprio José Guilherme Paradiz recordou os dias seguintes do seguinte modo: “Andei fugido e dormia nuns palheiros de um casal dos meus avós na zona das Comeiras. Para me livrar de ser preso ofereci-me como voluntário para a tropa”^{xix}

Depois de criar a Rádio Paradiz, o percurso deste autodidata prosseguiu na rádio, com passagens pela Rádio Eclesia (Luanda) e Rádio Moçambique. Com o 25 de abril de 1974, Paradiz, já pai de duas crianças, regressa a Portugal tendo ingressado na Rádio Renascença até ao rebranding do emissor da Buraca, em 1975. Este episódio fez Guilherme Paradiz afastar-se da rádio durante alguns anos, até que já na década de 1980, em Pernes, resolveu criar a Rádio Pernes, já no período em que começavam a aparecer outras emissoras piratas em Portugal. A Rádio Pernes foi legalizada com a lei da radiodifusão, em 1988 e José Guilherme Paradiz dirigiu a emissora até ao seu encerramento, em 2017. Mas, o criador da Rádio Paradiz foi sempre um homem ligado à comunicação social e, para além da rádio, foi também ele que na década de 1980 criou a Televisão Amadora de Pernes (TVA), uma televisão pirata que lhe valeu um processo em tribunal.

Conclusão

A Rádio Paradiz representa para a história da radiodifusão local portuguesa um marco importante, já que pelos registos que se conhecem foi a primeira experiência pirata de uma rádio local em Portugal. Foi, como vimos, um projeto isolado e que só teria continuidade 18 anos mais tarde, quando apareceu a Rádio Juventude, em 1977, que deu início a um movimento pela liberalização da radiodifusão local portuguesa conseguida em 1988.

A Rádio Paradiz foi criada num contexto político muito diferente daquele em que 18 anos mais tarde o movimento das rádios-piratas floresceu em Portugal. O regime de ditadura não foi, contudo, impeditivo para que um jovem de 18 anos colocasse em prática uma experiência que possuiu, já na época, várias características das rádios-piratas que conheceríamos mais tarde.

Entre essas especificidades, identificamos as seguintes:

- 1 - A clandestinidade e intermitência das suas emissões que conseguiu garantir durante quase um ano. Tal como outras experiências ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, na Europa e em Portugal, a Rádio Paradiz emitiu de modo clandestino tendo as suas emissões ocorrido apenas em alguns dias da semana. Este facto deve-se à circunstância de estarmos a falar de projetos amadores, sendo que muitos dos seus promotores eram pessoas com outras ocupações profissionais.

^{xix} - O Mirante. (2009, 26 de agosto). O Homem da Rádio que lançou as emissoras piratas. P.1-6. Acedido a 13 de março de 2020 em <https://omirante.pt/entEx/2009-08-26-o-homem-da-radio-que-lancou-as-emissoras-piratas>

2 - O carácter itinerante da rádio, necessário para escapar às autoridades, é também um dado que nos permite incluí-la num quadro da radiodifusão local pirata das décadas seguintes nos contextos europeu e português.

3 – Do mesmo modo, a sua dimensão artesanal, ou se quisermos de bricolage (Guattari, 1981) de que este projeto se revestiu, sobretudo devido aos conhecimentos técnicos do seu criador, José Guilherme Paradiz, permite situar esta experiência com as mesmas características de outras que existiram no movimento posterior de radiodifusão pirata na Europa.

4 – Facto que também caracteriza as emissões piratas, é a sua proximidade com as populações, o que lhes conferia aceitação e audiência, embora esta não fosse medida. A Rádio Paradiz, tal como descrevemos no presente artigo, também conseguiu essa aproximação à comunidade local.

A Rádio Paradiz foi criada por jovens que pretendiam, acima de tudo, fazer rádio de forma amadora e experienciar momentos de divertimento. Tal como foi afirmado pelo seu criador, os conteúdos da Rádio Paradiz direccionavam-se para os discos pedidos e para o futebol. Não há registos de conteúdos políticos ou jornalísticos que pudessem ter posto em causa o regime de então. Nesse sentido, a Rádio Paradiz aproxima-se da definição de Cazenave (1981) de uma rádio feita por prazer, sem objetivo de luta política, social ou outras, como sucedeu com várias emissoras piratas que surgiram mais tarde quer em Portugal, quer na Europa

A Rádio Paradiz foi, nesse sentido, um espaço de experiência amadora gerada pela curiosidade de um jovem, ainda que, como afirmou, inconformado com o facto de só algumas rádios poderem emitir legalmente, argumento este que viria a ser frequentemente utilizado pelos promotores das rádios-piratas europeias e portuguesas nas décadas seguintes. Mesmo sendo uma rádio que não incomodava, a Paradiz acabaria por encerrar depois de a PIDE ter sido alertada para a existência das suas emissões.

O movimento da radiodifusão pirata português foi fértil em projetos um pouco por todo o país a partir, como vimos, do final da década de 1970. No entanto, por ter sido ilegal, coloca a hipótese da existência de muitas outras experiências, menos conhecidas e, quiçá, menos frequentes exigindo maior profundidade no estudo destas emissoras. A Rádio Paradiz é um exemplo de que esse universo da radiodifusão pirata em Portugal está ainda por descobrir.

Referências

- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*, 4, pp.113-122.
- Bonixe, L. (2019) *As Rádios Locais em Portugal: da origem à Internet. Contexto para a prática do jornalismo de proximidade*. Ebook. Acedido em <http://www.icnova.fcsh.unl.pt/as-radios-locais-em-portugal-da-gene-se-ao-online-contexto-e-pratica-do-jornalismo-de-proximidade/>
- Bonixe, L. (2019a) As primeiras experiências de radiodifusão local em Portugal (1977-1984). *Media&Jornalismo*, 19 (35), pp.183-195. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_12
- Carvalho, A.A. (2014). Uma visão da evolução da radiodifusão local pelo prisma das políticas públicas. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. (pp. 29-42). Acedido em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971

- Cazenave, F. (1980). *Les Radios Libres*. Paris: PUF.
- Cheval, J.J. (2009) Mai 68, un entre deux dans l'histoire des médias et de la radio en France. *Revista Comunicación*. 26, pp. 13-25. Acedido em:
<https://revistas.upb.edu.co/index.php/comunicacion/article/view/3068/2785>
- Cristo, D. (2005). *A Rádio em Portugal e o Declínio do Regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: Minerva.
- Cristo, D. (2001). A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência. *Observatório*, 4, pp. 9-32.
- Eco, U. (1981). Una nueva era en la libertad de expresión. In Bassets, L. (Org.). *De las Ondas Rojas a las Radios Libres*. (pp. 213-230). Barcelona: Gustavo Gili.
- Lefebvre, T (2016). Qu'entend-on par radio libre?. In Lefebvre, T & Poulain, S. (Org.) *Rádios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?*. (pp. 19-20). Paris: L'Harmattan.
- Flichy, P. (1981), La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental. In Bassets, L. (ed.) *De las Ondas Rojas a las Radios Libres* (pp.180-188). Barcelona: Gustavo Gili
- Guatari, F. (1981) Las rádios libres populares. In Bassets, L (ed.). *De las Ondas Rojas a las Radios Libres*. (pp. 231-236). Barcelona: Gustavo Gili.
- Gonçalves, R. (1999). *Jornalismo e Valores. O Projecto Informativo TSF-Rádio Jornal (1988-1993)*. Edinova: Lisboa.
- Hendy, D. (2000). *Radio in the Global Age*. Cambridge: Polity Press.
- Poulain, S. (2016). Les rádios libres ou la diabolisation de la FM: qu'est-ce que libérer la parole veut dire? In Lefebvre, T & Poulain, S. (Org,) *Rádios Libres 30 ans de FM. La parole libérée?* (pp. 81-106) Paris: L'Harmattan.
- Reis, I. (2014). As rádios piratas em Portugal - contributos para um percurso. In Reis, I.; Ribeiro, F.; Portela, P. (Org.) *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. (pp.9-28). Acedido em http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2049/1971
- Ribeiro, N. (2001). Momentos marcantes da história da Rádio Renascença (1937-1987). *Observatório*, 4, pp.97-112.
- Santos, R. (2017). *Estudos da Rádio em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Santos, R. (2014). *A Rádio em Portugal "Sempre no Ar, Sempre Consigo"*. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, S.C. (2013). *Da Rádio Estatal ao Modelo Integrado*. Coimbra: Coimbra University Press.
- Silvestre, M.R. (2001). *Pernes – terra antiga do bairro ribatejano*. Vol.II. 1ªed. Pernes: Fundação Comendador José Gonçalves Pereira.
- Silva, V.L. (2001). A Rádio nos anos 50. *Observatório*, 4, pp.33-64.
- Starkey, G. (2011). Directo e local nunca mais? As comunidades de ouvintes e as tendências de globalização na propriedade e produção de rádios locais. *Comunicação e Sociedade*, 20, pp.157-172.
- Starkey, G. (2011b). *Local Radio, Going Global*. London: Palgrave Macmillan.